

## EDUCAÇÃO ANARQUISTA: CONCEITOS DE UMA EDUCAÇÃO PARA A LIBERDADE

Jonas Nogueira Figueiroa<sup>1</sup>

### Apresentação

O presente artigo surge como um estudo oriundo do trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia na Universidade Federal de São Carlos. Considerando o caráter da revista, procurei aqui reproduzir ao máximo o texto original, sendo forçado a suprimir a segunda e terceira parte do trabalho original por uma questão de espaço. A segunda parte do trabalho trata das experiências anarquistas em educação e a terceira parte faz um sucinto deslocamento das questões pontuadas pelos anarquistas do final do século XIX para o atual paradigma da educação. Para ter acesso ao trabalho na íntegra, pesquisar na biblioteca comunitária da UFSCar. Assim, pude desenvolver ao longo de 2007 uma pesquisa de natureza teórica sobre um dos temas que mais me fascina na Educação e que, contraditoriamente, não foi estudado sequer um único texto sobre a temática ao longo desses quatro anos de graduação. Trata-se da educação anarquista ou, como alguns preferem chamar, pedagogia libertária.

Sempre tive grande interesse pelo movimento anarquista e por suas postulações acerca da educação. Acredito que entre todos os movimentos socialistas que surgiram desde meados do século XIX, nenhum foi tão contundente e radical na crítica a sociedade capitalista e suas contradições. Esse trabalho vem então como um estudo necessário para minha formação e que apenas agora teve a oportunidade de aflorar, graças à liberdade de escolha que possuímos para o tema da monografia. O fato de nunca ter estudado sequer um único texto sobre o tema desse trabalho no decorrer da graduação exemplifica o espaço que o anarquismo e suas questões ocupam hoje no cenário da educação e da formação de professores. Os materiais de pesquisa, artigos e publicações seguem o mesmo perfil, embora recentemente tenham surgido alguns livros que tratem especificamente da educação anarquista. Ainda assim, é muito pouco para um movimento que ocupou tanto espaço entre as classes populares no Brasil do começo do século XX, e que a meu ver, é de grande atualidade para algumas questões que ainda estão postas para a educação hoje.

Sobre a organização deste texto, a estrutura é a seguinte: uma introdução que contém uma sucinta contextualização histórica do movimento anarquista, bem como, uma introdução ao problema onde estará apresentada uma breve exposição do conceito de liberdade na perspectiva anarquista. Posteriormente, a abordagem ocorre sobre os principais aspectos do pensamento de um dos grandes nomes do movimento libertário, que teve importante influência nas experiências em educação realizadas pelo movimento anarquista. Trata-se do revolucionário russo Mikhail Alexandrov Bakunin, que, apesar de ter se dedicado pouco ao trabalho teórico – devido o empenho com que encarava as atividades revolucionárias – encontrou tempo para escrever sobre a problemática que envolve a educação. Apesar de abordar o assunto de uma perspectiva generalista, Bakunin influenciou prodigiosas experiências que ocorreram no final do século XIX e início do século XX em várias partes do

---

<sup>1</sup> Graduando em pedagogia na UFSCar  
[jonasnf@uol.com.br](mailto:jonasnf@uol.com.br)

mundo e que tiveram como principal referência o conceito de educação integral trabalhado por ele.

## Introdução

### Histórico

É uma tarefa bastante difícil colocar balizas na história para tentar identificar onde começa determinado período e onde se encerra outro. Os fatos marcantes de nossa história nem sempre obedecem a uma ordem cronológica dos acontecimentos a ponto de podermos delimitar com exata precisão seu nascimento ou seu fim. No caso do anarquismo, como afirma George Woodcock, suas raízes são antigas, “(...) doutrinas libertárias que sustentavam que, como ser normal, o homem pode viver melhor sem ser governado já existiam entre os filósofos da Grécia e da China Antiga, e entre seitas cristãs heréticas da Idade Média. Filosofias cuidadosamente elaboradas e que eram totalmente anarquistas começaram a aparecer já durante o Renascimento e a Reforma, entre os séculos XV e XVII, e principalmente no século XVIII, à medida que se aproximava a época das revoluções Francesa e Americana, que deram início a Idade Moderna” (Woodcock, 1981, p. 14). No entanto, o surgimento de um movimento ativista, popular, que buscava a revolução social por métodos diretos, coletivos e que se autodenominava anarquista surgiu apenas no século XIX.

O primeiro a se apropriar do termo anarquista de forma não pejorativa, para postular um conjunto de idéias que representasse os princípios de uma sociedade ácrata e autogestionária foi Pierre-Joseph Proudhon. Proudhon, em seu livro de 1840 *Qu'est-ce que la Propriété?* (O que é a propriedade?), pontua a origem da miséria e das contradições sociais da sociedade moderna no conceito burguês de direito a propriedade privada. Desta obra em diante, Proudhon se dedica a construir um amplo material em que critica veementemente o conceito liberal de liberdade e de democracia. Foi em grande parte por influência de Proudhon que em 1864, um ano antes de sua morte, foi criada a Associação Internacional Operária (conhecida como primeira internacional), onde Mikhail Bakunin e Karl Marx travaram fortes debates sobre os rumos do movimento operário naquele período. Bakunin que, como veremos, foi um dos maiores pensadores do anarquismo, referia-se a Proudhon como “Mestre de todos nós”, e não por acaso, teve fortes influências deste em seu pensamento.

Ao pensarmos no momento histórico de surgimento do anarquismo assim como de outras correntes socialistas, no decorrer do século XIX, se torna fundamental termos em mente a deplorável condição de trabalho e subsistência a que estavam submetidas às populações mais pobres da Europa naquele momento. Essa precariedade se dava tanto no campo como na cidade, impulsionada pelo processo de urbanização desencadeado pela revolução industrial. Nesse período, um operário trabalhava até 16 horas por dia, sem direito a férias, ganhando apenas o suficiente para sobreviver. Estudos e relatos desse período apontam para uma dramática situação de subsistência entre a classe proletária, pois não existiam opções de lazer, de educação, de acesso à cultura, a saúde ou de direitos trabalhistas. Graves acidentes de trabalho, quando não matavam, afastavam o operário de sua função, sendo logo substituído por outro. Além de ter sua própria saúde prejudicada por uma mutilação, fratura ou queimadura, o trabalhador ainda perdia o emprego que lhe servia de subsistência. A espoliação aumenta quando algumas fábricas começam a substituir a mão de obra masculina por mão de obra feminina, infantil e de imigrantes por um preço ainda mais baixo, com o propósito de reduzir o custo da produção para aumentar os rendimentos do proprietário. Por outro lado, a situação no campo parecia ser ainda mais miserável após o surgimento das fábricas na cidade,

fato que ocasionou grandes migrações das populações rurais para os centros urbanos. Um bom relato desse momento pode ser encontrado nos livros de Zola ou de Gorki.<sup>2</sup>

Um outro fator importante que aponta para o surgimento dos movimentos socialistas do século XIX é o papel desempenhado pelas Revoluções Inglesa, Americana e Francesa. Nesse processo de transição do feudalismo para o capitalismo, marcado decisivamente pelas revoluções do século XVII e XVIII, a burguesia ascendente se empenhou na produção de um conhecimento que rompesse com a idéia de hereditariedade que, durante séculos, garantiu à nobreza a manutenção de seus privilégios políticos e econômicos. Mais especificamente no caso da revolução francesa, a burguesia aliou-se às massas populares sob lema de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” para derrubar a nobreza do poder e estabelecer uma nova ordem social. Vários filósofos liberais, entre eles John Locke, Adam Smith e Jean-Jacques Rousseau, se esforçaram na construção desse novo pensamento, que de fato se mostrava revolucionário dado os alicerces da sociedade feudal. A noção de democracia e de decisão política tomada pelos homens segundo sua vontade na terra, rompia com uma estrutura secular que atribuía esses fatores à vontade divina, onde cabia ao Homem apenas aceitar a organização social existente, sob o risco de sofrer sérias punições após sua morte. Ocorre que as punições e suplícios já aconteciam na terra, por intermédio da igreja, onde todos aqueles que negavam a ordem social vigente eram exemplarmente punidos, como forma de educar o restante da população. O poder político do clero se estendeu por séculos, tendo na ascensão econômica e política da burguesia o seu maior entrave.

Portanto, é preciso reconhecer que a transição da sociedade feudal para a sociedade burguesa caracterizou-se de fato como uma revolução, dada à velocidade com que as transformações sociais e políticas ocorreram. Porém, essa nova ordem social, longe de acabar com a desigualdade social sugerida pelo seu refrão, legitimou-a, assegurando o direito à propriedade privada dos meios de produção e instituindo um novo Governo que responderia pelas decisões políticas. Tudo para garantir condições favoráveis para o desenvolvimento da própria burguesia.

O período da Revolução Francesa é datado de 1789 a 1799. Em 1849, exatos cinquenta anos após a Revolução, Proudhon publicava *Qu'est-ce que la Propriété?* Pode-se entender como uma resposta a este processo de manutenção das desigualdades sociais, onde se encontra aspirações semelhantes ao lema da Revolução Francesa, porém com uma crítica relevante em relação ao papel desempenhado pela burguesia no capitalismo nascente. Proudhon não se cansa de criticar os filósofos da revolução, especialmente Rousseau, já que se irritava com a idéia naturalista dos filósofos liberais sobre a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Para Proudhon estes conceitos eram eminentemente sociais e não inatos ao Homem como queriam fazer pensar os liberais. Isso faz muita diferença ao se pensar na legitimidade ou não das desigualdades sociais. A estes conceitos trataremos mais especificamente adiante, o importante aqui é percebermos o papel ambíguo e fundamental desempenhado pelas revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII na formação dos movimentos socialistas do século XIX.

### **O pensamento anarquista**

Dado a amplitude do tema e o propósito do trabalho, não buscaremos aqui apontar para os vários aspectos que formam o conjunto da perspectiva anarquista, para tal indicamos a leitura de Woodcock (1981). No entanto, trabalharemos de modo introdutório o conceito de liberdade na perspectiva anarquista, visto que este se torna imprescindível para compreensão da proposta de educação e de sociedade defendida pelo movimento libertário.

---

<sup>2</sup> Ver o *Germinal* e/ou *As Minhas Universidades*.

### A liberdade para os anarquistas

A liberdade ocupa lugar central no pensamento anarquista e está presente em praticamente todos os escritos do movimento, seja qual for o tema abordado. No entanto, não só o anarquismo aborda a questão da liberdade de modo a valorizá-la. Como vimos, a liberdade não só está presente no lema da Revolução Francesa, como é discutida em diversos momentos pelos filósofos liberais. Como entender então a disparidade entre anarquistas e liberais já que ambos lutam pela garantia da liberdade?

O que ocorre de forma contundente, é que os anarquistas entendem a liberdade de maneira oposta aos liberais. O mesmo conceito é abordado de modo distinto pelas duas correntes filosóficas, ocasionando muitas vezes equívocos na compreensão e distinção de ambos.

A filosofia política liberal dedicou parte importante de seus estudos na definição do que seria a liberdade, onde ela se origina e de que maneira ela ocorre. Os pensadores que deram origem ao que chamamos de Iluminismo estavam, em grande parte, preocupados em distinguir o Homem em estado natural do Homem civilizado. Isto porque, no contexto histórico em que viveram, seria o caminho para destruir a noção de direito natural ou divino, que regia a sociedade medieval e que assegurava a legitimidade dos privilégios da nobreza. Em oposição ao direito natural, propunham um pacto, ou um contrato social, que seria concebido pelas pessoas vivendo em comunidade. Da mesma forma, os filósofos liberais tratarão à questão da liberdade, entendendo-a como um fenômeno natural, no qual o Homem ao nascer se mostra livre, assim como os outros animais, porém, ao se relacionar e optar por viver em sociedade ele abdica parcialmente de sua liberdade original para garantir a segurança e os interesses que a vida social lhe proporcionará. Trata-se de uma troca, onde os homens associados ao perderem um pouco de sua liberdade por viverem em sociedade, teriam em contrapartida o apoio da mesma sociedade na garantia dos interesses comuns; garantia que a liberdade natural não seria capaz de lhe proporcionar visto que ela é um fenômeno que se manifesta no Homem bárbaro, bruto, que age apenas segundo sua própria necessidade. Sílvio Gallo, ao abordar a questão, afirma que essa renúncia à liberdade defendida pelos filósofos liberais “(...) é feita em nome de um gerenciamento coletivo do direito de propriedade” (Gallo, 1995, p. 19). Isso para garantir o direito da burguesia à propriedade, o que antes da revolução era concedido apenas à nobreza e ao clero. Sobre isso Locke afirma o seguinte:

Se o homem no estado de natureza é tão livre, conforme dissemos, se é senhor absoluto de sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, por que abrirá ele mão dessa liberdade, por que abandonará o seu império e sujeitar-se-á ao domínio e controle de qualquer outro poder? Ao que é obvio responder que, embora no estado de natureza tenha tal direito, a fruição do mesmo é muito incerta e está constantemente exposta à invasão de terceiros porque, sendo todos reis tanto quanto ele, todo homem igual a ele, e na maior parte pouco observadores da equidade e da justiça, a fruição da propriedade que possui nesse estado é muito insegura, muito arriscada. Estas circunstâncias obrigam-no a abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de perigos e temores constantes; e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que já estão unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de ‘propriedade’. (Locke, 1983, p. 82).

Nesse fragmento fica explícita a preocupação de Locke com a garantia do direito a propriedade privada, mesmo que para tal tenha que abrir mão de sua própria liberdade natural. Jean-Jacques Rousseau, que também pertenceu à geração dos filósofos liberais do século

XVIII, dedicou parte significativa de seus estudos na definição do conceito de liberdade e de seu efeito na vida em sociedade.

Rousseau também entendia a liberdade como um fenômeno natural, inato ao Homem, anterior a própria cultura. A partir do momento em que o Homem passa a viver em sociedade, essa liberdade natural é prejudicada pela relação do Homem com seus iguais. Segundo Rousseau, “(...) o homem nasce livre, e por toda parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais, não deixa de ser mais escravo do que eles” (Rousseau, 1983, p. 22). Embora Rousseau preze pela liberdade, esta encontra restrições na vida em sociedade. Diante desse impasse, Rousseau propõe a liberdade convencional, fruto do contrato social, a fim de se aproximar ao máximo da liberdade natural garantindo os benefícios da associação entre as pessoas. Sobre isso, Rousseau propõe:

“Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes”. Esse, o problema fundamental cuja solução o contrato social oferece. (Ibidem, p. 32).

Assim fica evidenciada a preocupação de Rousseau em relação à liberdade, ao seu caráter natural e o risco que ela corre na vida em sociedade.

No pensamento anarquista, a liberdade também é vista como um fator de suma importância e inalienável para o homem. No entanto, sua concepção percorre um caminho antagônico ao da liberdade na perspectiva liberal. Talvez, a pessoa que melhor sublinhe as diferenças na concepção de liberdade entre anarquistas e liberais, seja Mikhail Bakunin, que abordou diretamente a questão, construindo severas críticas aos pressupostos da filosofia liberal.

Bakunin, que escreveu quase cem anos após Rousseau, pertencia a uma geração de pensadores que tinham fortes influências da filosofia de Hegel, e que, pelo momento histórico em que viviam construíram um pensamento voltado para as questões sociais. São contemporâneos de Bakunin, Ivan Turguenev, Karl Marx e Friedrich Engels<sup>3</sup>. Portanto, Bakunin carrega consigo uma visão de mundo materialista, dialética e de luta de classes. Esse mesmo prisma vai lhe servir para refletir sobre a liberdade e sobre sua manifestação nos seres humanos.

Para Bakunin, o conceito de liberdade é uma concepção humana, uma criação do homem, logo é um produto de sua cultura. A liberdade, longe de ser um fator natural, inato ao homem, é produto de um esforço de gerações que trabalharam para a sua construção. Sob esse ponto de vista, o Homem não nasce livre, mas adquire sua liberdade no decorrer de sua vida, na medida em que se relaciona com os demais e que se produz enquanto Homem. Assim, Bakunin enxerga da seguinte forma a liberdade burguesa:

A liberdade individual não é, segundo eles, uma criação, um produto histórico da sociedade. Pretendem que seja anterior a toda a sociedade, e que todo homem já a traz ao nascer, com sua alma imortal, como um dom divino. Donde resulta que o homem é algo que não é sequer ele mesmo, um ser inteiro e de certo modo absoluto, mas fora da sociedade. Sendo livre anteriormente e fora da sociedade, forma necessariamente esta última por um ato voluntário ou uma espécie de contrato, seja instintivo ou tácito, seja reflexivo ou formal. Em uma palavra, nesta teoria, não são os indivíduos os criados pela sociedade, são eles os que a criam, impulsionados por alguma necessidade exterior, tais como o trabalho e a guerra. (Bakunin *apud* Gallo 1995, p. 24).

---

<sup>3</sup> Ambos estudaram juntos no curso de Jurisprudência da Universidade de Berlin em 1840.

Bakunin não aceitava a idéia de inatismo da liberdade, como queriam fazer pensar os filósofos liberais. A essa concepção, Bakunin opõe a concepção materialista, que compreende a liberdade como um fator eminentemente cultural. Ao definir a liberdade do ponto de vista anarquista, Bakunin aponta o seguinte:

Enfim, o Homem isolado não pode ter consciência de sua liberdade. Ser livre, para o homem, significa ser reconhecido, considerado e tratado como tal por um outro homem, por todos os homens que o circundam. A liberdade não é, pois, um fato de isolamento, mas de reflexão mútua, não de exclusão, mas de ligação; a liberdade de todo indivíduo é entendida apenas como reflexão sobre sua humanidade ou sobre seu direito humano na consciência de todos os homens livres, seus irmãos, seus semelhantes. (Ibidem, p. 25).

Esse trecho evidencia a condição social para que a liberdade ocorra sob o ponto de vista anarquista. Trata-se de um fato necessariamente social, construído coletivamente, onde a liberdade só é alcançada com o concurso de toda a sociedade. Dessa forma, mesmo para as classes dominantes do sistema capitalista, a liberdade não existe, visto que a sua condição é fruto da exploração e miséria de milhares. Para que a liberdade individual de fato ocorra, é preciso a afirmação de pessoas tão livres quanto o indivíduo em questão, que vivem em sociedade com ele. Logo, seria impossível a liberdade de uma minoria privilegiada diante da escravização de uma massa de pessoas. Apesar disso, Bakunin conclui o seguinte:

Só sou verdadeiramente livre quando todos os seres humanos que me cercam, homens e mulheres são igualmente livres. A liberdade do outro, longe de ser um limite ou a negação de minha liberdade, é, ao contrário, sua condição necessária e sua confirmação. Apenas a liberdade dos outros me torna verdadeiramente livre, de forma que, quanto mais numerosos forem os homens livres que me cercam, e mais extensa e ampla for sua liberdade, maior e mais profunda se tornará minha liberdade. Ao contrário, é a escravidão dos homens que põe uma barreira a minha liberdade, ou, o que é a mesma coisa, é a sua animalidade que é uma negação de minha humanidade porque, ainda mais uma vez, só posso considerar-me verdadeiramente livre, quando minha liberdade, ou o que quer dizer a mesma coisa, quando minha dignidade de homem, meu direito humano, que consiste em obedecer a nenhum outro homem, e a só determinar meus atos de acordo com minhas próprias convicções, refletidos pela consciência igualmente livre de todos, me são confirmados pela aprovação de todos. Minha liberdade pessoal assim confirmada pela liberdade de todos se estende ao infinito. (Ibidem, p. 25).

Assim, a liberdade de um indivíduo só ocorre por meio da aprovação dos indivíduos igualmente livres de sua comunidade. Não existiria outra forma de assegurar a autonomia e a independência individual, se os demais membros da comunidade não desfrutassem do mesmo direito e das mesmas possibilidades. Quanto maior a liberdade dos membros da sociedade, maior será a liberdade individual. Daí surge o íntimo respeito pela igualdade econômica e política, que assegurada, assegura a própria liberdade do indivíduo. Por isso, os anarquistas retomam a todo o momento a importância da solidariedade e do apoio mútuo entre os indivíduos de uma mesma sociedade. Exatamente o oposto da competição, fragmentação e individualismo característicos do capitalismo que combatiam.

### **Bakunin e a educação: a Instrução Integral e a construção da liberdade.**

A abordagem que Bakunin faz da educação em seus artigos publicados no jornal L'Egalité pode ser, de forma geral, definida em dois eixos básicos: uma crítica áspera ao ensino tradicional e uma especulação de como seria a educação em uma sociedade ácrata. Em respeito

a isto, a presente abordagem de suas idéias sobre educação deslocou-se em três momentos, sendo o primeiro a exposição da crítica de Bakunin ao ensino burguês; o segundo apresenta os principais conceitos que orientarão a idéia de Instrução Integral defendida por ele; e o terceiro complementa e justifica as duas abordagens anteriores trazendo sucintamente sua concepção de criança e de infância. Antes, porém, apresentamos uma breve biografia de sua existência.

### **Biografia**

Mikhail Alexandrovich Bakunin nasceu em 1814, na pequena chácara Premukhino – na província de Tver – na Rússia. Era filho de um grande proprietário de terras, possuidor de aproximadamente 2.000 escravos. Seu pai, Alexander Bakunin, estudou na França no período da Revolução e obteve grau de Doutor em Filosofia, na Universidade de Pádua. Estudioso das obras de Rousseau, também se preocupava com a educação das crianças, oferecendo a Bakunin uma formação liberal.

Sobre isso Bakunin afirma o seguinte: “Já disse que meu pai chegou à Rússia cheio de sentimentos liberais. A princípio seu liberalismo se revolta contra essa horrível, infame posição de senhor de escravos; chegou mesmo a tentar projetos mal calculados e mal executados de emancipação dos servos. Depois o hábito e a conveniência fizeram dele um proprietário tranqüilo e resignado à escravidão de centenas de seres humanos de cujo trabalho tirava sua sobrevivência.” (Ibidem, p. 64).

Durante a infância, Mikhail Bakunin teve acesso ao aprendizado de línguas, história e canto, em um ambiente de constante contato com a natureza. Sobre o ensino religioso, Bakunin afirma ter sido “nulo”. Permaneceu nesse ambiente até os 14 anos de idade quando saiu da casa do pai para seguir carreira militar. Por ser o filho mais velho, Bakunin foi encaminhado para a Escola de Artilharia de São Petersburgo. Serviu num pequeno regimento na Lituânia e depois conseguiu baixa do exército ao forjar uma doença.

Depois desse período retorna a Rússia, mais precisamente a Moscou, onde faz seus primeiros contatos com a juventude intelectual russa. É um período onde estabelece fortes amizades, têm seus primeiros contatos com a filosofia de Hegel e com filósofos socialistas, como Fourier e Proudhon. Em 1840 vai para a Universidade em Berlim com o intuito de estudar filosofia. Lá estuda intensivamente as obras de Hegel, atravessando noites discutindo filosofia com outros jovens hegelianos da Universidade, como Ivan Turguenev, Karl Marx e Friedrich Engels.

Seus impulsos revolucionários começam a aflorar nesse período e toda a filosofia hegeliana que havia estudado com ímpeto até então é direcionada para as questões sociais de sua época. Em 1841 vai a Dresden e conhece pessoalmente Arnold Ruge, também estudioso de Hegel, mas principalmente preocupado com os problemas sociais. Ruge dirigia um jornal onde Bakunin publicou seu primeiro texto, cujo título era “A reação na Alemanha”, onde já continham os embriões que elaborariam posteriormente sua crítica radical e sua luta pelo anarquismo. Era a dialética dos jovens hegelianos aplicada a análise dos problemas sociais da Alemanha. Bakunin conclui afirmando ser a revolução social o caminho pelo qual a classe proletária deve seguir.

Sua paixão pela justiça social se fortalece progressivamente e Bakunin vai ampliando seus estudos e seus contatos com os socialistas. É nesse momento que Bakunin volta-se definitivamente para o ativismo político em detrimento da especulação filosófica. Nesse período Bakunin vai para Paris e estreita ainda mais seu convívio com o círculo de revolucionários e refugiados, dentre os quais estão, entre outros, Marx, Lelewel, Étienne Cabet, George Sand, Pierre Leroux, Lemennais e Proudhon.

Em 1847 foi expulso da França por fazer um discurso incentivando os poloneses a insurgir-se contra o governo czarista de seu país. Em 1848 retorna, e foi durante as revoluções desse ano que Bakunin ganha uma projeção maior na Europa. Ainda nesse ano foi detido em Berlin quando ia a Polônia se integrar ao movimento insurgente. Foi solto sob condição de não seguir a Polônia, entre tanto, se dirigiu a Dresden e se juntou ao movimento constitucionalista. Foi preso e condenado a morte. Porém, sua pena foi comutada e seu cárcere foi entregue aos austríacos, que novamente lhe condenaram a morte. Contudo, os Russos reivindicaram para si o prisioneiro e Bakunin foi confinado na Fortaleza de São Pedro e Paulo em Petrogrado, onde permaneceu pelos próximos seis anos. Lá ficou muito doente, perdeu todos os dentes da boca e inchou impressionantemente.

Desse momento em diante a vida de Bakunin passou por incríveis peripécias e impressionantes desdobramentos, dignos de um filme de ação. Foi exilado na Sibéria, virou caixeiro, fugiu para o Japão, depois para os Estados Unidos e em seguida retornou para a Europa, entrando pela Inglaterra. Reencontrou amigos do tempo da faculdade, retomou com maior vigor suas atividades revolucionárias, passou pela Polônia, depois pela Itália, Suíça, França, Espanha e Polônia. Fundou organizações secretas, recrutou militantes, se inseriu nos mais diversos movimentos revolucionários. Escreveu manifestos e panfletos, publicou artigos em jornais, entre os quais os analisados nesse estudo que tratam especificamente da educação<sup>4</sup>, organizou levantes, permanecendo em constante movimento até o dia de sua morte, em 1 de julho de 1876.

#### **A divisão do ensino: crítica a escola burguesa.**

“A primeira questão que hoje temos de considerar é esta: a emancipação das massas operárias poderá ser completa enquanto receberem instrução inferior à dos burgueses ou enquanto houver, de um modo geral, uma classe qualquer, numerosa ou não, mas que por nascença tenha os privilégios de uma educação superior e mais completa?” (Bakunin, 2003, p. 59).

Dessa forma Bakunin inicia a série de quatro artigos em que aborda a temática educacional, publicados entre julho e agosto de 1869 no jornal *L'Egalité*. Bakunin faz questão de apontar de imediato, a seu ver, o principal problema que tange a educação nas sociedades industriais capitalistas de meados do século XIX: a desigualdade econômica se reproduzindo sob a forma de desigualdade educacional ou instrucional. Antes mesmo de tratar a questão dos métodos pedagógicos aplicados nas escolas daquele período, Bakunin lança seu olhar primeiramente para as políticas educacionais características das sociedades capitalistas que, no seu entender, determinam por antecipação o fracasso da educação, visto que reproduzem as relações de desigualdade fundamentais do capitalismo, legitimando-o.

Bakunin chama a atenção para os diferentes tipos de educação oferecidos para as diferentes classes sociais que compõem nossa sociedade. Em outras palavras, é o caso do que ele chama de “instrução intelectual” oferecida as elites, que conta com o respaldo das ciências e do letramento, utilizada na vida em sociedade para gerenciar, controlar e distribuir, segundo seus próprios interesses, o trabalho e o produto do trabalho dos trabalhadores “braçais”. Já a educação das classes trabalhadoras, quando ocorre, acontece por meio do que Bakunin chama de instrução para o “trabalho manual”, também gerenciada pelas elites. Trata-se de oferecer ao indivíduo a instrução necessária para sua realização enquanto operário apenas, escapando-lhe qualquer oportunidade de reflexão sobre seu próprio trabalho e o produto dele, fazendo-o um trabalhador alienado, subalterno.

---

<sup>4</sup> Os artigos foram publicados no jornal *L'Engalité* nos meses de julho e agosto de 1869.

Ao assumir qualidades diferentes de educação e aplicá-las de acordo com os respectivos interesses em cada classe social, o sistema educacional das sociedades capitalistas reproduz as bases de exploração do trabalho que as caracterizam. Esse processo culminaria com a divisão social do trabalho sugerida por Adam Smith ainda no final do século XIX e aprimorada pelas linhas de montagem fordistas que marcaram o início do século XX.

E o que os liberais pensavam dessa nova divisão social da educação e do trabalho? Vamos ao que o próprio Adam Smith nos diz: “(...) vejam esse ferreiro de vilarejo (...) se ele nunca teve o hábito de fazer pregos, só conseguirá, com dificuldade, fabricar duzentos ou trezentos por dia; e ainda serão ruins. Mas se esse mesmo ferreiro não fez outra coisa senão pregos, ele facilmente aprontará até dois mil e trezentos em um dia.” E conclui da seguinte maneira: “(...) dividamos o trabalho, especializemos, especializemos sempre; tenhamos ferreiros que só saberão fazer cabeças ou pontas de pregos, e desse modo produziremos mais. Nós nos enriqueceremos” (Smith *apud* Kropotkin, 1982, p. 15).

Bakunin revolta-se com essa situação, denunciando dramaticamente a gravidade da condição de exploração econômica e humana a que assiste, na qual a educação tem papel fundamental para consolidação e normalização desse modelo de sociedade. A ciência, entendida por Bakunin como um patrimônio de toda humanidade, é restrita a uma pequena parcela da população, que tem em suas descobertas e inovações tecnológicas o aparato necessário para manutenção e sofisticação de sua qualidade enquanto classe privilegiada. Os liberais burgueses respondiam as acusações de cunho socialista afirmando que todos ganhavam com as descobertas científicas, sendo elas, um enriquecimento da sociedade como um todo. Bakunin responde da seguinte maneira

Essa riqueza é totalmente exclusiva e cada dia tende a sê-lo mais, por se concentrar sempre nas mãos de uns poucos e empurrar a pequena burguesia, as camadas inferiores da classe média, até o proletariado; de maneira que a riqueza se desenvolve na razão direta da miséria crescente das massas populares. (Bakunin, 2003, p. 62)

Nesse processo contínuo de concentração de renda, saber e poder, a educação ocupa um lugar estrategicamente importante, sendo um vetor precoce das desigualdades que irão se consolidar posteriormente, no mundo adulto, por meio das relações de trabalho. Bakunin tinha total clareza da importância da educação para as sociedades humanas e não se calou sobre o tema. Para ele, é evidente que uma sociedade construída sob os pilares da exploração do trabalho não poderia tratar da educação e do acesso à cultura em situação de igualdade. Este conhecimento é utilizado no interior das relações de exploração com o intuito de preservá-las e aprimorá-las, extraindo delas sempre o máximo possível.

E o mesmo acontece com os modernos avanços da ciência e das artes. São imensos, na verdade, esses progressos. Mas, quanto mais extraordinários são, mais se convertem em causa de escravidão intelectual e, portanto, material, origem de miséria e de inferioridade para o povo, pois tais progressos também estimulam a distância que já separa a inteligência popular das classes privilegiadas. A primeira, do ponto de vista da capacidade natural, está hoje evidentemente menos desgastada, menos usada, menos sofisticada e menos corrompida pela necessidade de defender interesses injustos e é, por conseguinte, mais forte que a inteligência burguesa; mas, em contrapartida, esta última possui todas as armas da ciência e essas armas são formidáveis. Com frequência acontece de um operário muito inteligente se ver obrigado a emudecer ante um tolo erudito, que o faz calar, não por maior finura de espírito, da qual carece, mas sim, por instrução, da qual o operário se viu privado e que o outro pôde receber, pois enquanto sua ignorância se desenvolvia cientificamente nas escolas, o trabalho do operário o vestia, dava-lhe moradia, o

alimentava e lhe proporcionava tudo, os mestres e os livros necessários para sua instrução. (Ibidem, p.63).

Assim, Bakunin entende que enquanto houver dois ou vários graus de instrução (educação) para as diferentes camadas da sociedade, haverá necessariamente classes, ou seja, privilégios educacionais que se converterão em privilégios econômicos e políticos no futuro. Sendo o capitalismo um sistema injusto e de caráter exploratório, a educação produzida por ele levará consigo essas características trabalhando, no que lhe diz respeito, para a sua reprodução enquanto modelo de sociedade. É o caráter político-ideológico da educação capitalista que Bakunin combate, pois em sua concepção, a educação oferecida pelo Estado e pela Igreja arrebanha a população, de maneira dócil e controlada, a naturalizarem as condições de vida e trabalho no interior das sociedades capitalistas.

Mesmo a ciência defendida por Bakunin como meio fundamental para superação dos dogmas e preconceitos criados pela Igreja, quando utilizada no seio do modelo capitalista de produção, incrementa ainda mais as empreitadas de interesse burguês. Mesmo que outros possam vir a se beneficiar com ela, em última instância os progressos da ciência aprimoram ainda mais os mecanismos de poder e controle das classes privilegiadas.

Sim, a ciência. Ciência do Governo, da administração, ciência dos negócios; ciência de tosquiar os rebanhos populares sem fazê-los gritar demasiado e, quando começam a gritar, ciência de impor-lhes silêncio, paciência e obediência por meio de uma força cientificamente organizada; ciência de enganar e dividir as massas populares, de mantê-las sempre numa saudável ignorância para que nunca possam, ajudando-se e unindo seus esforços, criar um poder capaz de derrubá-los; ciência militar antes de mais nada, com todas as suas armas aperfeiçoadas, e os formidáveis instrumentos de destruição que maravilham; ciência do gênio, enfim, criou os navios a vapor, as ferrovias e o telégrafo; ferrovias que, utilizadas na estratégia militar, multiplicam por dez o poder defensivo e ofensivo dos Estados; telégrafo que, ao transformar cada governo numa máquina de cem, de mil braços, torna possível sua presença intervencionista e triunfante por toda parte, criando as mais formidáveis centralizações políticas que jamais existiram. (Ibidem, p.66)

(...) a organização econômica e política da sociedade foi tal que só os burgueses puderam instruir-se, que a ciência não existiu senão para eles, e que o proletariado encontrou-se condenado a uma ignorância forçada.

(...) o que defendo é, até certo ponto, a revolta da vida contra a ciência, ou melhor, contra o governo da ciência. (Ibidem, p.17)

Além da segregação do ensino, vista por Bakunin como principal vetor de reprodução das desigualdades sociais, ele aponta para um outro aspecto importante da educação nas sociedades capitalistas. Trata-se da correlação de forças que incidem sobre a escola onde, na maioria absoluta dos casos, a instituição escolar tem suas políticas e práticas subordinadas a um poder externo a escola. Em outras palavras, são os interesses econômicos traduzidos em políticas públicas para educação promovidas pelo Estado.

Do ponto de vista anarquista, o Estado é entendido como mediador do conflito existente entre as diferentes classes sociais das sociedades capitalistas, usufruindo o direito de portador legítimo do aparato bélico e da violência. O conflito social mediado pelo Estado favorece uma pequena classe social na mesma proporção em que mantém o restante da população em situação de inferioridade. Nessa perspectiva, o Estado não é entendido como uma instituição neutra e só se faz necessário em uma sociedade dividida em classes. Coerentes com sua filosofia política, os anarquistas lutam para que a sociedade atinja progressivamente o mais alto grau de liberdade, tendo inevitavelmente que estabelecer uma relação de igualdade

entre todos os seus membros. Os principais obstáculos para a realização desse projeto, segundo os anarquistas, são o direito a propriedade privada e o Estado.

Tendo essa concepção de Estado como pressuposto, os anarquistas rejeitam a idéia de políticas públicas promovidas pelo Estado, pois, a seu ver, essas políticas sempre tenderão a preservar a posição da burguesia enquanto classe hegemônica. O que defendem é a autonomia política dos indivíduos que compõem uma coletividade, como a escola, por exemplo, não se submetendo a nenhuma ordem ou poder externos, hierarquicamente superiores, pois seria a própria causa de escravização dessa pequena coletividade em benefício de interesses que não são seus. A “coletividade” escola, livre e autônoma, mantém relações com outras escolas que usufruem da mesma situação, formando uma teia de contatos que a filosofia anarquista denomina de federalismo. É via federalismo que as instituições humanas devem se organizar, em substituição ao Estado.

Ainda assim, no século XIX a escola estatal apenas “engatinhava” e a principal administradora da educação era a Igreja. Bakunin e outros intelectuais anarquistas que vieram depois dele não chegaram a ver a universalização da educação estatal, tampouco chegaram a conhecer instituições como o Banco Mundial ou o FMI e suas políticas para a educação no terceiro mundo. No entanto, é possível afirmar que a crítica estabelecida por eles à educação estatal chamava a atenção para o que hoje se consolidou enquanto modelo de educação. Ou seja, as forças econômicas organizadas atuando por intermédio dos Estados para implementação de políticas que atendem aos seus interesses, muitas vezes contrários aos interesses das classes atingidas por essas políticas.

Sobre os métodos utilizados pelo ensino tradicional, em sua época ainda vinculado a Igreja, Bakunin aniquila qualquer possibilidade reformista de mudança da educação. A seu ver, as escolas “adestravam” as crianças a obediência e a submissão, condenando-as a normalidade e passividade, ignorando qualquer impulso ou vontade espontânea, próprias da infância.

Esse “adestramento” produzido pelas escolas européias do século XIX ocorria por meio de métodos e técnicas muito bem desenvolvidos - “importados” de outras instituições como a Caserna, o Monastério e as Prisões - que acabaram por se incorporar, até os dias de hoje, a essa instituição destinada às crianças. Entre esses métodos, introduzidos nas escolas em meados do século XVI, podemos encontrar: os graus, as séries e salas; a separação das crianças por gênero, idade e desempenho; os programas, as disciplinas e os horários delimitados; os exames; a obediência à autoridade do mestre; a disposição em filas; a passividade; o ensino livresco; a hierarquia de cargos, funções e graus de ensino; as premiações e os castigos; o pátio interno e os muros de isolamento; a aprendizagem por repetição etc. (BUFFA 2005, p. 20). Uma metódica disciplinarização dos corpos e mentes ainda na infância. É a racionalidade e o corpo do Ser Humano sendo precisamente direcionados para os princípios que levarão ao desenvolvimento do capitalismo. Bakunin respondia com ironia sobre as práticas dos professores de seu tempo: “*dressirt dresiren sie wieder*” (Foram adestrados! Sua vez de adestrar!).

Se os anarquistas, até aquele momento, não tinham uma proposta detalhadamente aprofundada sobre como seria a escola libertária, nos seus menores detalhes, interessada em preparar o indivíduo para a vida social em liberdade, sabiam ao menos o que não desejavam fazer da educação.

### **A Instrução Integral: igualdade e liberdade.**

Diante da divisão classista da educação burguesa, entre futuros trabalhadores braçais e futuros trabalhadores intelectuais, Bakunin propõe o que chama de “Instrução Integral”, que teria por características principais a igualdade de acesso a todas as pessoas e o máximo

desenvolvimento das diferentes faculdades do ser humano, em seu sentido mais amplo, com vistas à aquisição da omnilateralidade e da liberdade.

No entanto, na visão de Bakunin, essa educação só teria condições de emergir após a revolução social e o fim da exploração econômica. Bakunin faz essa afirmação levando em conta o seguinte:

Gostaríamos de ver todos vocês, com seus filhos, se instruírem após 14, 16 horas de trabalho extenuante, com a miséria e a incerteza do dia seguinte como toda recompensa.

Não, senhores, malgrado todo o nosso respeito pela grande questão da educação integral, declaramos hoje que essa não é a grande questão para o povo, a primeira questão é a de sua emancipação econômica, que engendra necessariamente, de imediato e ao mesmo tempo, sua emancipação política, e, logo em seguida, sua emancipação intelectual e moral... (Bakunin, 2003, p. 47).

Somado a isto, Bakunin aponta a resistência que essas escolas iriam encontrar no meio social europeu na segunda metade do século XIX

A educação socialista é impossível nas escolas assim como nas famílias atuais. (...) Se no meio existente conseguíssemos fundar escolas que dessem a seus alunos a instrução e a educação tão perfeitas quanto pudéssemos imaginar, conseguiriam elas criar Homens livres, justos, morais? Não, pois ao sair da escola eles se encontrariam em meio a uma sociedade que é dirigida por princípios completamente contrários, e, como a sociedade é sempre mais forte que os indivíduos, ela não tardaria a dominá-los, quer dizer, desmoralizá-los. Além do mais, a fundação de tais escolas é impossível no meio social atual. (Ibidem, p. 45).

Para Bakunin, devido às precárias condições de subsistência do proletariado europeu de sua época, os esforços para sua emancipação deveriam se centrar prioritariamente na questão econômica para que, conquistada esta, todas as outras emancipações pudessem ter condições de emergir. No entanto, como veremos adiante, o movimento anarquista fundou várias escolas em praticamente todos os países onde atuou. Mesmo assim, a questão econômica apontada por Bakunin também continuou sendo a prioridade dos anarquistas ainda no início do século XX, o que desencadeou as séries de greves gerais emplacadas pelos anarcosindicalistas em várias partes do mundo.<sup>5</sup>

Voltando a instrução integral, vejamos como Bakunin idealizava uma educação caracterizada como anarquista. O eixo de sua pedagogia gira em torno de dois conceitos fundamentais que orientam todo o processo educacional, fundado basicamente na educação integral, ou seja, no desenvolvimento de todas as faculdades do ser humano, preparando-o por meio da experiência para a vida autônoma e em plena liberdade.

Assim, a educação integral deve prioritariamente ser acessível a todos, de forma que garanta a igualdade antes de qualquer outra coisa. Conquistado isso, ela deve buscar diante das mais recentes descobertas do Homem no campo científico, oferecer as crianças condições de desenvolverem, o mais amplamente quanto conseguirem, todas as suas faculdades e singularidades. Significa que a educação integral deve trabalhar os aspectos físicos, intelectuais e morais, ou ainda, muscular, nervoso e cultural face à diversidade de indivíduos que irá dialogar.

O intuito de Bakunin ao propor uma educação que funde os aspectos físicos, intelectuais e morais em uma única proposta pedagógica, integral e igual para todos, é acabar

---

<sup>5</sup> No Brasil, em 1917, os anarcosindicalistas organizaram a maior greve do país, parando os principais meios de produção e transporte do eixo Rio - São Paulo.

com a dicotomia existente entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Ao propor esse misto entre teoria e prática, Bakunin tem como perspectiva a integração da reflexão junto ao trabalho manual, uma síntese do Homem planejador e executor. Embora em uma fase avançada de ensino o indivíduo busque a especialização, a idéia é que a instrução integral ofereça os subsídios necessários para que o sujeito mantenha as interfaces necessárias com todas as outras atividades que fazem o mundo material humano. Esse processo plural de formação humana proporcionado pela educação integral, fundado na socialização solidária entre as pessoas, culminaria com a crescente conquista da liberdade, que se materializa nas relações de apoio mútuo entre indivíduos livres.

Segundo o sistema elaborado por Bakunin, as crianças teriam inicialmente uma educação básica geral, igual para todos, que trabalharia os elementos básicos de todas as ciências. A idéia é que todos tenham acesso a uma introdução geral dos diferentes tipos de conhecimento que foram produzidos historicamente pela humanidade. No entanto, esse conhecimento deve ser trabalhado na primeira infância por meio de experiências práticas, e não em aulas teóricas. Isso porque nessa fase da vida, a criança tem maior dificuldade em entender sistemas racionais complexos e seguir em seu desenvolvimento. Para Bakunin, assim como para outros anarquistas, nessa primeira fase da educação a criança deve ter experiências que lhe possibilite ter contato as mais diversas atividades humanas e naturais de modo que lhe desperte o interesse próprio pelo conhecimento. Esse conhecimento adquirido de maneira prática será depois revisto, numa fase mais madura da infância, a luz da ciência e das diferentes teorias que foram historicamente produzidas pela humanidade. A grosso modo, isso quer dizer que na perspectiva anarquista deve-se partir primeiramente da prática para se chegar à teoria. O ensino teórico aparece então como uma revisão ordenada, fundada na ciência, das experiências práticas tanto da infância como da adolescência. Ele deve ocorrer então de forma concomitante ao ensino prático, como mais um subsídio para compreensão da realidade.

Posteriormente, já na adolescência, o indivíduo poderá desfrutar de um conhecimento básico das várias ciências de nossa cultura, podendo optar com maior conhecimento de causa a área que mais lhe interessa e atrai para se aprofundar e se desenvolver. Bakunin entende que nessa fase, a educação já deve estar voltada para o universo do trabalho, envolvendo os diferentes ofícios que criam o mundo material humano. A escola deve oferecer então o maior número possível de possibilidades para os adolescentes, que deverão ter contato com todas as oficinas para que depois possam optar pela área de sua preferência.

A primeira parte, a parte geral, será obrigatória para todas as crianças; ela constituirá, se assim podemos nos expressar, a educação do espírito, substituindo totalmente a metafísica e a teologia, e, ao mesmo tempo, colocando as crianças num nível elevado para que, uma vez chegada à adolescência, possam escolher com pleno conhecimento de causa a faculdade especial que mais convenha às suas disposições individuais e a seus gostos.

Pode acontecer, sem dúvida, que, ao escolher sua especialidade científica, os adolescentes, sob a influencia de alguma causa secundária, seja interna, ou externa, se equivoquem algumas vezes, e pode ser que optem em primeiro lugar por uma faculdade ou por uma carreira que não seja exatamente a que melhor convenha a suas aptidões. Mas, como somos partidários sinceros, não hipócritas, da liberdade individual, como – detestamos de todo coração o princípio da autoridade e todas as manifestações possíveis deste princípio divino, anti-humano, e como detestamos e condenamos, do mais profundo do nosso amor pela liberdade, a autoridade paterna e também a do mestre; como as consideramos igualmente desmoralizadoras e funestas, e como a experiência diária nos demonstra que o pai e o mestre, apesar de sua prudência obrigatória e proverbial, e inclusive por causa dessa prudência, se equivocam sobre as capacidades de seus filhos com mais facilidade do que as

próprias crianças, e como, segundo esta lei tão humana, incontestável e fatal, da qual todos que podem abusam, os mestres e os pais, ao determinarem arbitrariamente o porvir das crianças, interrogam mais seus próprios gostos do que as tendências naturais das crianças; como, por fim, os erros cometidos pelo despotismo são sempre mais funestos e menos reparáveis que os erros cometidos pela liberdade, sustentamos, contra todos os tutores oficiais e oficiosos, paternais e pedantes do mundo, a liberdade plena e inteira das crianças para escolherem e determinarem sua própria carreira.

Se se equivocarem, o próprio erro que cometerem lhes servirá de ensino eficaz para o porvir, e a instrução integral que houverem recebido lhes servirá de luz, e facilmente poderão volver ao caminho que sua própria natureza lhes indica.

Tanto as crianças como os homens maduros só se tornam sensatos com as suas próprias experiências, nunca com as demais. (Ibidem, pp. 79-81).

Assim, Bakunin prevê um ensino que ofereça - dentro de suas limitações históricas - uma formação básica geral a todos, contendo os conhecimentos básicos necessários das diversas ciências para uma vida autônoma e livre. Bakunin quer que todos tenham acesso a um conhecimento humano universal que lhes permitirá agir segundo suas próprias vontades e convicções, evitando, por assim dizer, a submissão do indivíduo a uma autoridade qualquer, humana ou divina. Bakunin acredita na razão humana e em seu desenvolvimento saudável, que levaria os indivíduos as suas singularidades e ao respeito pelas singularidades alheias, chegando ao que chama de vida em liberdade. Sobre isso, Sílvio Gallo aponta que “(...) a liberdade deve ser encarada como o ponto de chegada do homem, sendo, portanto, o resultado de um processo de construção. Só o homem completo em sua humanidade pode conquistar socialmente a liberdade; uma sociedade só pode ser realmente livre através da igualdade dos indivíduos que a constroem por meio de relações solidárias, com a crescente liberdade de todos” (Gallo, 1995, p. 74).

Num paradigma social como este, onde todos dispõem igualmente da mesma educação, o trabalho na sociedade não respeitará a mesma divisão entre “trabalhadores intelectuais” e “trabalhadores braçais”, mas apenas em trabalhadores. Todos igualmente reconhecidos e valorizados, fundamentalmente importantes para a vida em sociedade.

Posteriormente, Bakunin prevê uma parte prática de especialização, ou o que ele chama de industrial, onde os estudantes terão seu primeiro contato efetivo com as condições reais de trabalho e produção. Será a fase final do processo de escolarização.

Na instrução integral, ao lado do ensino científico ou teórico, deve haver necessariamente o ensino industrial ou prático. Só assim se forma o homem completo: o trabalhador que compreende e sabe.

O ensino industrial, paralelo ao ensino científico, será dividido, como o científico, em duas partes: o ensino geral, que deverá dar às crianças a idéia geral e o primeiro conhecimento prático de toda indústria, sem nenhuma exceção, e a idéia de que o seu conjunto forma o aspecto material da civilização como totalidade do trabalho humano; e a parte específica, dividida igualmente em grupos de ofício ligados entre si de forma especial.

O ensino geral deve preparar os adolescentes para livremente escolherem o grupo especial de habilidades e, entre elas, as habilidades particulares pelas quais sintam mais afeição. Uma vez nesta segunda fase do ensino industrial, farão as primeiras aprendizagens de trabalho sério sob a direção de seus professores.

Além do ensino científico e industrial, existirá necessariamente o ensino prático, ou melhor, uma série sucessiva de experiências de moral, não divina, mas sim, humana. A moral divina baseia-se nesses dois princípios imorais: o respeito à autoridade e o desprezo pela humanidade. A moral humana, pelo contrário, fundamenta-se no desprezo à autoridade, e no respeito pela liberdade e pela humanidade. A moral

divina considera o trabalho como uma degradação e como um castigo; a moral humana vê nele a condição suprema da felicidade e da dignidade humana. A moral divina conduz, como consequência, a uma política que não reconhece direitos a não ser para aqueles que, por sua condição econômica privilegiada, podem viver sem trabalhar. A moral humana só outorga direitos a quem vive do trabalho. Reconhece que só pelo trabalho o homem se faz homem. (Bakunin, 2003, pp. 82-83).

Nesse fragmento alguns aspectos saltam aos olhos. Primeiro a preocupação de Bakunin em vincular o ensino teórico ao prático, de maneira quase que orgânica, a fim de evitar um ensino livresco, morto, aos moldes do oferecido pela igreja. O segundo aspecto é sua preocupação com o trabalho e como que a educação deve estar diretamente ligada ao mundo do trabalho. E a terceira é referente ao momento histórico em que Bakunin viveu, onde sua idéia de trabalho gira em torno da indústria e da produção de bens. Era muito restrito naquele tempo o que chamamos hoje de terceiro setor.

O terceiro eixo abordado recorrentemente por Bakunin diz respeito ao que ele chama de *ensino moral*, ou *educação do espírito*. O que efetivamente ele deseja com um *ensino moral*? Para os anarquistas do final do século XIX e início do XX, os princípios éticos gerais de uma sociedade ácrata são vistos como aspectos morais. Essa nova moral, responsável por uma vida social em que todos sejam igualmente livres, não é inata ao Homem, mas sim fruto de seu processo civilizatório. Dessa forma, na perspectiva de Bakunin, é a educação que a criança recebe na escola e na família durante a infância que lhe possibilitará a aquisição dessa nova moral, fundamental para sua vida adulta em liberdade. Resumidamente, a *educação moral* defendida pelos anarquistas “(...) nada mais é do que uma formação para a vida social, uma educação para a vivência da liberdade individual em meio à liberdade de todos, da liberdade social” (Gallo, 1995, p. 92). No entanto, essa educação deve ocorrer prioritariamente pelo exemplo. É justamente o que a pedagogia moderna chama de “currículo oculto” da escola. Precisamente por isso que a escola deve ser organizada de forma descentralizada e horizontal, afim de não legitimar e reproduzir arbitrariedades e autoritarismos, sempre percebidos pelos estudantes.

Um outro aspecto importante que consta nas reflexões de Bakunin a cerca da educação é sua preocupação com a diferença entre os indivíduos e suas singularidades. Diante da educação dogmática promovida pela igreja e de sua concepção social de liberdade, Bakunin conclui ser a diferença um fator primordial para o fortalecimento e consolidação da liberdade e da igualdade, o qual a educação não poderá ignorar.

Há uma verdade tornada provérbio, que nunca cessará de ser verdade: que não existem duas folhas iguais na mesma árvore. Com muito mais razão, isto está certo em relação aos homens, visto que são seres muito mais complexos do que as folhas. Mas esta diversidade, longe de ser um mal, é, pelo contrário, como muito bem observou o filósofo alemão Feuerbach, uma riqueza para a humanidade. Graças a ela a humanidade é um todo coletivo, na qual cada um completa o todo e tem necessidade do todo; de forma que esta diversidade infinita das pessoas é a própria causa, a base principal de sua solidariedade, um argumento todo-poderoso a favor da igualdade. (Bakunin, 2003, p.75).

A diversidade entre as pessoas é o que alimenta e fortalece a liberdade anarquista. Ou seja, uma educação que vise à liberdade necessariamente terá que prezar pela singularidade. Isto porque a singularidade pressupõe a liberdade e é fundamental para que a segunda aconteça. A singularidade aliada à igualdade resulta em liberdade. “O exercício da liberdade individual na coletividade implica a singularidade; isso é, vivendo em liberdade, cada um é si mesmo, em contato com o coletivo, não havendo dois indivíduos iguais, por mais que

compartilhem os mesmos meios e condições sociais. Portanto, afirmar uma é afirmar a outra” (Gallo *in* Kassick, 2004, p.11).

Assim, a educação conferida a criança e ao adolescente fundada em todos os aspectos de sua humanidade, possibilitará a integração sadia dessas pessoas ao mundo adulto, onde apenas o meio social poderá alargar e consolidar a liberdade iniciada na escola. Para tal, é fundamental o concurso de toda a sociedade, em estado de igualdade. Dessa forma, Bakunin conclui que

Atingida a maioridade, o adolescente será proclamado livre e senhor absoluto dos seus atos. Em troca dos cuidados que a sociedade lhe prodigalizou durante a infância, ela exigirá dele três coisas: que permaneça livre, que viva de seu trabalho e que respeite a liberdade semelhante. E como os vícios e os crimes de que sofre a sociedade atual são unicamente o produto de uma má organização social, podemos estar certos de que com uma organização e uma educação da sociedade baseadas na razão, na justiça, na liberdade, no respeito humano e na mais completa igualdade, o bem se tornará a regra e o mal uma exceção doentia que diminuirá cada vez mais sob a influencia toda-poderosa da opinião pública moralizada. (Bakunin *apud* Gallo, 1995, p. 78).

De maneira sintética, a educação anarquista é vista por Bakunin como uma educação que vise formar o Homem completo e livre. O homem completo é entendido como o Homem que conhece e exercita suas habilidades físicas, intelectuais e morais; não de forma fragmentada, mas de maneira orgânica, fazendo de si a síntese dessas faculdades, extinguindo de vez a dicotomia existente entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, ou entre conhecimento teórico e conhecimento prático, visto por ele como vetor das desigualdades sociais. Na medida em que trabalha e se desenvolve em todos os seus aspectos, o Homem ganha consciência de si e do mundo, culminando com um processo de conscientização e libertação. Nas circunstâncias de hoje, isso implicaria inevitavelmente na luta por uma nova sociedade, fundada na justiça e na igualdade, em um processo ininterrupto de construção social da liberdade. Diante do capitalismo, a pedagogia anarquista está necessariamente ligada a um processo que culminaria na revolução social.

### **A criança e a infância para Bakunin**

Uma questão fundamental para compreendermos melhor os escritos de Bakunin a despeito da educação é a sua concepção de criança e de infância, pois essas concepções incidirão de maneira decisiva em sua forma de entender a educação e de propor sua práxis pedagógica. Nesse sentido, sua concepção de Homem nos interessa. Para Bakunin o Homem

Entra na vida sem alma, sem consciência, sem sombra de uma idéia ou de um sentimento qualquer (...). Uma infinidade de circunstâncias e de condições determina sua maior ou menor capacidade de adquirir e apropriar-se dos sentimentos, das idéias e das associações de sentimentos e idéias elaboradas por séculos e transmitidas a cada um como uma herança social, pela educação que recebe. Boa ou má, essa educação impõe-se a ele: ele não é de modo algum responsável por isso. (...) Ele pensa, sente, quer o que todo o mundo ao seu redor quer, sente e pensa. (Bakunin, 2003, p.13).

Sendo um fenômeno fatal, singular e único das relações sociais da qual partilha a partir do momento em que nasce, o Homem é entendido como produto do meio social e natural em que vive. Isso é fundamental para compreendermos a importância da educação no interior desse pensamento.

Considerando a educação no sentido mais amplo desse termo, nele compreendo não apenas a instrução e as lições de moral, mas ainda e sobretudo os exemplos que dão à crianças todas as pessoas que a cercam; a influência de tudo o que ela ouve, do que ela vê; e não somente a cultura de seu espírito, mas ainda o desenvolvimento de seu corpo pela alimentação, pela higiene, pelo exercício de seus membros e de sua força física, - diremos (...) que toda criança, todo adulto, todo jovem e, enfim, todo homem maduro é o puro produto do mundo que o nutriu e que o criou em seu seio – um produto fatal, involuntário e, por consequência, irresponsável. (Ibidem, p. 13)

Sendo o Homem a resultante de inúmeras influências, sociais e naturais, que lhe são postas a partir do momento em que nasce, a infância e a educação dessa infância possuem grande importância. É na infância que a criança começa a experimentar o mundo, a se nutrir dele e agir sobre ele, se fazendo enquanto ser humano. A única coisa inata ao homem são suas faculdades, suas potencialidades que, na medida em que se desenvolvem ao se relacionarem com o meio, adquirem as características desse conflito entre o indivíduo e o meio social no qual está inserido, tomando dimensões únicas. Nessa perspectiva, a moral é essencialmente uma criação histórica, jamais uma característica natural, sendo passível de transformações. Portanto, a organização social ocorre de maneira análoga à cultura predominante, podendo sofrer alterações na medida em que os indivíduos se relacionam e interagem. Disso implica o papel ambíguo, potente e tênue da educação, que corrobora tanto para a transformação e criação de novos modos de vida, como para manutenção e reprodução de um mesmo modo de vida, ao qual podemos chamar de tradição.

Ainda assim, afirma Bakunin, existe na criança algo que demanda uma atenção especial. Sua imaturidade e inexperiência frente ao mundo em que acabam de chegar exigem do adulto um cuidado. Esse cuidado, geralmente oferecido pela família, respeita um princípio de autoridade, que reside na maior experiência do adulto diante da criança. Bakunin aceita esse princípio e o entende como necessário e legítimo, como uma demanda da própria criança, que não possui ainda o discernimento necessário para sua segurança e liberdade diante do mundo. A criança depende do adulto para se alimentar, para se vestir, para sua própria higiene, para dialogar com o meio etc. Mas, sobretudo, a criança depende do adulto para aprender a fazer todas essas coisas por si só, da melhor maneira possível e da forma pela qual preferir. No entanto, Bakunin faz ressalvas quanto o futuro desse princípio de autoridade.

O princípio da autoridade na educação das crianças constitui o ponto de partida natural: ele é legítimo, necessário, quando é aplicado às crianças na primeira infância, quando a sua inteligência ainda não se desenvolveu abertamente... (...) Mas esse princípio deve enfraquecer-se à medida que avançam a educação e a instrução, para dar lugar a liberdade ascendente.

Toda educação racional nada mais é, no fundo, que a imolação progressiva da autoridade em proveito da liberdade, sendo o objetivo final da educação formar homens livres e cheios de respeito e amor pela liberdade alheia. (Ibidem, p.19)

Dessa forma, a educação na primeira infância nasce sob o princípio da autoridade, no entanto, progressivamente, com o próprio desenvolvimento intelectual, físico e moral da criança, esse princípio de autoridade deve ceder lugar à liberdade que começa a ser construída. No entanto, Bakunin faz ressalvas sobre um provável abuso de autoridade, lembrando que

As crianças não pertencem a ninguém; nem a seus pais, nem a sociedade. Elas pertencem a si próprias e a sua futura liberdade. Enquanto crianças, até sua emancipação, elas só são livres em possibilidade e devem encontrar-se, por consequência, sob o regime da autoridade. (...) A educação e a instrução da escola, não tendo outro fim senão a emancipação real das crianças quando elas tiverem alcançado a maioridade, não serão outra coisa senão sua instrução gradual e

progressiva à liberdade, pelo triplo desenvolvimento de suas forças físicas, de seu espírito e de sua vontade. (Ibidem, p.19)

As nuances dessa fase da educação, em que a autoridade do adulto vai perdendo força na medida em que a criança se desenvolve e também vai se tornando adulta, foram postas à prova nas várias experiências educacionais promovidas pelos anarquistas no decorrer das últimas décadas. O que sucede, com efeito, é que o próprio conhecimento é a imolação da submissão da criança a autoridade do adulto. Não um conhecimento abstrato, livresco, mas um conhecimento produzido pela própria experiência da criança que poderá, com justo discernimento, se contrapor ou aceitar antigos saberes que chegam até ela por intermédio dos mais velhos. Vários aspectos ainda nebulosos na teoria pedagógica de Bakunin ganharam forma e riqueza de detalhes com a vivência prática das escolas anarquistas, que eram propriamente dirigidas por pedagogos anarquistas. Uma teoria de educação com tamanha utopia, necessita de sólidas experiências práticas para o seu aprimoramento e vigor. Foi o que tivemos com a educação integral concebida e propagada pelos anarquistas ainda no fim do século XIX e início do XX.

### **Bibliografia**

- BAKUNIN, Mikhail, (2003). *A instrução integral*. São Paulo: Imaginário.
- GALLO, Sílvio, (1995). *Pedagogia do risco*. Campinas: Papirus.
- GORKI, Máximo. *As Minhas Universidades*. Rio de Janeiro. Ed. Tecnoprint
- KASSICK, Clovis Nicanor, (2004). *A ex-cola libertária*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- KROPOTKIN, Piotr, (1982). *La Conquête du Pain*. Paris: Éditions du monde libertaire. Tradução de Plínio Augusto Coelho.
- LOCKE, John, (1983). *Textos escolhidos*. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural. (“Os Pensadores”).
- PROUDHON, Pierre-Joseph, (1998). *A propriedade é um roubo*. Porto Alegre: L&PM.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques, (1983). *Textos escolhidos*. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural. (“Os Pensadores”).
- WOODCOCK, George, (1981). *Os grandes escritos anarquistas*. L&PM: Porto Alegre.